



"porá' duba; pergunta, notícia"

Jornal da Comunidade Universitária - PUC SP Ano VI - 3/Agosto 1982 - Sala de Comunicação

Constituinte: desta vez vai!

Desde o dia 19 de julho, 53 membros da comunidade universitária vêm se reunindo. Nossa Constituinte interna, solenemente instalada (vide foto), pretende incorporar em novos estatutos as conquistas democráticas provindas da prática recente da PUC. A Mesa Coordenadora dos trabalhos ficou formada pelo representante da Reitoria (Severino), dos professores (Singer), dos funcionários (Nagagime) e pelo delegado do DCE (Carlos).

Esta primeira fase de estudos, aprofundamentos, deverá ir até dia 6 de agosto, quando deverão ser conhecidos os representantes eleitos dos estudantes (até agora, boa parte dos estudantes é apenas delegado dos CAs). A segunda parte será uma fase mais propriamente decisória, de elaboração e redação do texto definitivo dos estatutos.

Uma decisão importante, acerca do contato com a imprensa, foi a de escolher o PORANDUBAS como assessoria especial para a Constituinte, além de ficar encarregado de elaborar um mural diário para a comunidade.

ESTRANGULAMENTO

Foram feitas três exposições que procuraram situar os novos Estatutos dentro da história da PUC, no quadro da Universidade Brasileira e como continuidade dos 3 projetos de reforma já produzidos nos últimos 2 anos. O funcionário José Nagamine (20 anos de PUC) relatou a movimentação entre nós provocada pela lei 5.540 de Reforma Universitária. Houve um clima de efervescência, aliás liderado pelo Movimento Estudantil, em que se pretendia aproveitar as brechas da legislação imposta pelo governo. Formaram-se comissões paritárias, fez-se ampla revisão do conteúdo de vários cursos. Desse trabalho resultou o estatuto atual, que entrou em vigor em 1971, dentro de um clima repressivo no Brasil de então. Nagamine ressaltou que o atual estatuto apresenta "pontos de estrangulamento", espe-



cialmente quando define o Departamento como unidade básica mas transfere seu poder para uma verdadeira cascata de órgãos colegiados que burocratizam as decisões.

POLÍTICA EDUCACIONAL

Dia 26/7, prof. Dermeval Saviani analisou a Política Educacional do Governo, desde 64. A Reforma Universitária era expressão da ideologia da Segurança Nacional e procurava incorporar à educação uma proposta de produtividade empresarial. Foram tomadas medidas de redução de custos, como a matrícula por créditos, a criação de Departamentos, as classes numerosas. Na PUC, a Reforma tomou rumo próprio: se de um lado te-

ve ganhos pedagógicos (o Ciclo Básico, o Pós-Graduação), por outro não tinha base financeira (as verbas começaram a escassear), o que aprofundou o déficit.

Dermeval alertou para que se pensasse uma nova concepção de Departamento, para se evitar cair em concepções já ultrapassadas.

PROJETO ORGÂNICO

Dia 27/7, o prof. Mário Sérgio analisou os projetos anteriores de reforma dos Estatutos. Alegando que o Projeto I era mais um rol de sugestões e que o Projeto II foi retomado com mais organicidade no Projeto III, Mário deteve-se na análise deste último.

Os dois princípios básicos que re-

gem o Projeto III são a simplificação da estrutura e a distribuição paritária do poder entre as várias instâncias de decisão. Dentre os objetivos da PUC expressos no Projeto III há uma clara adesão à "opção preferencial pelos pobres" feita pela Igreja Latino-Americana em Puebla. Contudo, Mário aponta falhas no Projeto, enquanto ele não prevê articulação entre o segmento acadêmico e o administrativo; enquanto separa ensino-pesquisa de um lado e serviços à comunidade do outro; por propor a multiplicação da atividade decisória, o que pode descambar em burocracia.

Nossa edição fechava quando os constituintes debatiam em grupos os objetivos e a estrutura didática e científica da PUC.